

MARIA E AS MARIAS NOS CÁRCERES

Coleção **PASTORAL CARCERÁRIA**

- *Formação para agentes da Pastoral Carcerária Nacional, ASAAC (Associação de Apoio e Acompanhamento)*
- *Maria e as Marias nos cárceres, Pastoral Carcerária Nacional*

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL

MARIA E AS MARIAS NOS CÁRCERES

Mulheres atrás das grades

Formação para agentes da Pastoral Carcerária



Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária: *Pe. Valdir João Silveira*
Vice-Coordenador Nacional: *Pe. Gianfranco Graziola*
Coordenadora Nacional para a questão da mulher presa: *Ir. Petra Silvia Pfaller*
Revisão: *Monika Ottermann*

Direção editorial: *Claudiano Avelino dos Santos*
Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*
Capa: *Victor Oliveira*
Editoração, impressão e acabamento: PAULUS



PASTORAL
CARCERÁRIA

"Estive preso e vieste me visitar"



Seja um leitor preferencial **PAULUS**.
Cadastre-se e receba informações
sobre nossos lançamentos e nossas promoções:
paulus.com.br/cadastro
Televendas: (11) 3789-4000 / 0800 16 40 11

1ª edição, 2018

© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700 • Fax: (11) 5579-3627
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4725-1

*A Maria
e às tantas Marias
nos cárceres!*

1

APRESENTAÇÃO

Pe. Valdir João Silveira
Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária do Brasil

*“Princesa, redentora Isabel,
o fim da escravatura até hoje não se fez, ó criatura!
Exclusão econômica, discriminação sem igual,
Ainda hoje, essa tal alforria não nos deu
o direito de igual cidadania.
Cadê a tão sonhada liberdade,
E a tão prometida igualdade social?”*

Maria da Graça Bergamini Gusmão
Volta Redonda, RJ¹

Este livro de formação tem como grande finalidade colocar-se junto à mulher presa. Para isso, procura ajudar as pessoas que realizam a Pastoral Carcerária, que buscam ser a presença da Igreja Católica no cárcere, na árdua tarefa de se colocar da melhor maneira possível a serviço das mulheres que lá se encontram.

O material é resultado de longa reflexão. Quando vemos os primeiros relatos da Pastoral Carcerária, já encontramos esta preocupação específica: a indignação com os serviços, os locais e as formas como as mulheres são alojadas e tratadas, quase sempre em condições inferiores às dos homens encarcerados. Ao longo de sua história, a Pastoral Carcerária sempre assumiu os enfrentamentos dos requintes de violências e maus-tratos aplicados às

¹ Cf. <<http://www.pucrs.br/mj/poema-negro-79.php>>, acesso: 13/09/2017.

mulheres, como indica esta nota de repúdio de janeiro de 1997:

NOTA DE REPÚDIO. A Pastoral Carcerária Nacional, CNBB e Pastoral Carcerária Sul I da CNBB (correspondendo ao Estado de São Paulo) repudiam e denunciam a extrema violência e truculência, enfim desnecessárias, usadas pela polícia civil e militar mais uma vez, para “resolver” um problema corriqueiro de presas em Sta. Rosa do Viterbo – SP na semana retrasada. Em vez de calma, diálogo e raciocínio, foi a força bruta: jatos d’água, cassetetes, chutes e golpes por todo o lado contra 80 mulheres presas. O saldo foi que dezenas de mulheres foram muito machucadas: inclusive uma mulher grávida perdeu a criança por causa dos golpes e chutes que recebeu. Outra teve seu braço quebrado, e outra ainda levou 10 pontos na cabeça. Mais uma vez, concidadãs nossas, presas no momento, foram tratadas como animais (pior que animais) por policiais despreparados. E o delegado diz nos jornais (FSP, 24-01-97, 3-8) que apenas algumas das moças foram “levemente machucadas”, dando a entender que perder uma criança é nada, e sofrer braço quebrado e cabeça rachada é menor ainda. São Paulo, 24 de janeiro de 1997.

Quem são e de onde provêm essas mulheres, que cada vez mais enchem os presídios brasileiros? De 2005 a 2013, houve um aumento de 567% no número absoluto de mulheres presas. Ao mesmo tempo, a proporção de condenadas por crime de drogas saltou de 49%, em 2005, para 61%, em 2013. Delas, 61% são negras, 58% são analfabetas e 90% são mães que atualmente representam aproximadamente 7% da população carcerária brasileira. Isso corresponde a 37.380² presas, o que co-

² Cf. <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/levantamento-inedito-apresenta-perfil-das-mulheres-nos-presidios-do-pais>>, acesso: 13/09/2017.

locou o Brasil no quinto lugar do mundo em prisão de mulheres.³

No último censo divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional, consta que a prisão das mulheres saltou em dois anos para 44.721 mulheres (dezembro de 2016). Mulheres mães, mulheres analfabetas, mulheres negras – sempre pobres e marginalizadas historicamente. Mulheres que

...integram grupos de vulnerabilidade e exclusão social: a maioria tem idade entre 20 e 35 anos, é chefe de família, possui em média mais de dois filhos menores de 18 anos, apresenta escolaridade baixa e conduta delituosa que se caracteriza pela menor gravidade (Relatório da CPI do Sistema Carcerário). Ainda vale destacar que a maioria das mães presas é formada por mães solteiras. 95% das mulheres presas foram vítimas de violência em algum momento de sua vida, quando criança, ou mais tarde, com um parceiro ou parceira íntima, ou ainda nas mãos da polícia no momento da prisão.⁴

São mulheres que sempre viveram exiladas em seu próprio país, destituídas de cidadania, de bens e de direito. Nunca possuíram bem algum. Não tiveram acesso a uma escola ou, quando o tiveram, esta não era de qualidade. Nunca tiveram acesso a uma assistência de saúde preventiva. Foram excluídas de qualquer roda social que gozasse de lazer ou de cultura. Foram também violentadas física, moral, social e, muitas vezes, religiosamente. Excluídas de direitos, de paz e de respeitos.

“Duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque fre-

³ Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (Infopen).

⁴ Cf. <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas-versaofinal1.pdf>>, acesso: 13/09/2017.

quentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos...” (Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*, n. 212).

Essas mulheres aprenderam, desde cedo, a viver na intolerância. Para essas mulheres, o Estado esteve ausente ou lento nos atendimentos, do nascimento até a prisão. Mas sempre é rápido para a aplicação da punição e do castigo quando elas quebram uma regra social. Para a repressão, o que faltou ao Estado na prevenção, é fartamente gasto na punição. Gasta-se na prisão com mecanismos criados para sujeitar as mulheres a condições de submissão inferiores às que viviam nas ruas, favelas, praças e periferias. Essa tarefa, o Estado rapidamente a realiza, com todo o empenho e rigor.

Nesta hora da América Latina e do Caribe, é urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciado, de mulheres que são submetidas a muitas formas de exclusão e de violência, em todas as suas formas e em todas as etapas de suas vidas. Entre elas, as mulheres pobres, indígenas e afro-americanas têm sofrido dupla marginalização. É urgente que todas as mulheres possam participar plenamente na vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam maior inclusão (*Documento de Aparecida*, n. 454).

O trabalho com as mulheres encarceradas iniciou-se em 1997, em São Paulo, com a voluntária da Pastoral Carcerária (PCr) Heidi Ann Cerneka. Naquela época, havia pouca gente dando atenção às questões das mulheres encarceradas, tanto dentro dos presídios como na sociedade civil. Dentro da PCr, quem fazia pastoral com as mulheres simplesmente fazia pastoral com outro grupo de presos que, por acaso, eram mulheres. Heidi iniciou essa atividade, levando a questão das mulheres presas às reuniões e assembleias da Pastoral Carcerária e despertando estudos, reflexões e organizações de trabalhos.

Agregamos outros parceiros, alguns que já estavam inteirados ao tema e outros que nunca tinham cogitado o fato de existirem mulheres nos cárceres, mas que foram sensibilizados e se juntaram à causa. O *Grupo de Estudo e Trabalho Mulheres Encarceradas*, que a Pastoral Carcerária ajudou a criar em São Paulo, ia ganhando força e chegou a um reconhecimento nacional. Foi convidado a falar em todos os níveis do governo, em eventos estaduais e regionais, universidades e comunidades. Juntaram-se o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTTC), a Associação Juízes para a Democracia (AJD), a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), entre outros.

Em todos esses eventos, era a Pastoral Carcerária que apresentava a mulher presa, a partir da experiência dos e das agentes que realizam visitas, que entram todas as semanas nos presídios, que encontram e ouvem as histórias das mulheres presas. Grande marco dessa luta foi a visibilidade dada à presa “Maria”. Por furto de um xampu, ela passou quase dois anos presa, foi torturada e perdeu um olho. Esse caso desencadeou um trabalho de reconsiderar a questão de pequenos furtos. Começamos a pautar o direito constitucional de amamentação – tanto da mãe como da criança – e hoje, em quase todos os Estados, esse direito é garantido. Participamos na elaboração das Regras de Bangkok, um trabalho inédito da ONU para elaborar as *Regras [Mínimas] para o Tratamento de Mulheres Presas* que hoje em dia viraram pauta no Brasil. Fomos denunciar como o Brasil vinha tratando as mulheres encarceradas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. Depois disso, o Governo Federal instituiu um *Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mulheres Encarceradas*, com a participação da Pastoral Carcerária e várias parcerias da sociedade civil e do Estado.

Toda essa mobilização gerou conquistas, como o fim do ato violento e agressivo cometido contra a mulher, que era algemada no pré-parto, parto e pós-parto. Entidades parceiras como o ITTC, a AJD, o IBCCRIM, a ASBRAD, os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs), o IDDD, a Conectas Direitos Humanos, a Defensoria Pública de São Paulo, a Pastoral Carcerária Internacional (ICCPPC), a Justiça Global e a Associação para Prevenção da Tortura (APT) sempre estiveram juntos na caminhada de resgate da dignidade da mulher presa e no combate a este sistema de morte que é o sistema prisional.

Todos os trabalhos iniciados pela Heidi têm tido continuidade com a atual Coordenadora Nacional para a Questão da Mulher Presa, a Irmã Petra Silvia Pfaller, religiosa e advogada de longa caminhada em Direitos Humanos da pessoa encarcerada. Ela vem realizando encontros de formação pelo Brasil e encontros regionais, com média de 90 pessoas participantes, inclusive de entidades parceiras, com o objetivo de criar equipes locais que, junto à Coordenação Nacional, atuam nas realidades concretas.

Este livro é fruto dessa atividade de formação e também fruto de longo trabalho de reflexão e parcerias que se edificaram, fundamentalmente, no contato, na escuta da mulher presa, da mulher mãe de presos e da mulher esposa de presos.

Agradeço a todas as mulheres e homens, especialmente às líderes nacionais, à senhorita Heidi Ann Cerneka e à Irmã Petra Silvia Pfaller, que, de forma ativa, participaram da estruturação deste livro. Que ele sirva de mais um grande impulso para lutarmos por um mundo sem cárceres.

Que Deus nos abençoe e nos fortaleça nesta missão tão nobre que nos foi confiada! Concluo com a poesia de uma mulher que expressa muito bem esta nossa luta e esperança:

*E minha alma não para,
não se aquieta, não pausa...
Ela segue pairando no ar,
construindo liberdade,
pois conservo minha altivez e dignidade,
não me alquebrei ante a senzala ou o pelourinho;
reafirmei minha alma de resistência e inconformismo,
exercitando minha coragem nos quilombos,
e levantando sempre, a cada tombo.
Então, eu volto a sorrir, a dançar e a cantar:
eu sou filha do raio do trovão, da luta, da floresta,
o calabouço não calou minha voz
nem o grilhão pode conter meu espírito de liberdade,
que luta por justiça, por reparação, por igualdade!*

Lina Efigênia Barnabé Cruz
ALMA NEGRA⁵

⁵ Cf.: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278242172_ARQUIVO_TITULOTITULOTITULOTITULOTITULOTITULO.PDF>, acesso: 13/09/2017.